

CARGO:

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **50** questões, com **5** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 (uma) hora** após o seu início.
10. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva somente **2 (duas) horas** após o seu início.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

PROVA OBJETIVA – TÉCNICO EM CONTABILIDADE

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto a seguir servirá como base para as questões de 01 a 05.

Justiça estende a todo país acesso de crianças menores de 6 anos ao ensino fundamental

Decisão altera resolução anterior do Conselho Nacional de Educação

Justiça Federal em Pernambuco estendeu a todo o país decisão que garantia o acesso de crianças menores de seis anos ao ensino fundamental. A decisão, tomada na sexta-feira passada e divulgada hoje, altera determinações anteriores adotadas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. A União ainda pode recorrer da sentença junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife.

Em sua sentença, juiz Cláudio Kitner, da 2ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco, lembra que "permitir que seja matriculado um menor de seis anos de idade completados até 31 de março do determinado ano letivo que se inicia e deixar de fazê-lo em relação a outro educando que completaria a referida idade um dia ou um mês depois, por exemplo, redundaria em patente afronta ao princípio da isonomia, sustentáculo da sociedade democrática informada pela Constituição da República, além de macular a dignidade da pessoa humana, ao obrigar crianças que não se incluem na faixa etária definida no critério das destacadas Resoluções a repetirem de ano, obstando o acesso ao ensino fundamental, nível de ensino mais elevado, ainda que seja capacitado para o novo aprendizado".

Kitner ressalta ainda ser "oportuno destacar que a definição da faixa etária dos seis anos para o início do ensino fundamental não se encontra calcada em estudos de alta análise científica que indiquem que esta é a idade recomendada para as crianças iniciarem a alfabetização." Para o juiz, "o estado deve munir-se de meios para avaliar as crianças, por meio de comissões interdisciplinares, que levem em conta elementos psicopedagógicos, interações sociais, fatores sócio-ambientais, entre outros, a fim de verificar se elas reúnem condições de avançar de fase de aprendizagem".

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/jfpe-estende-acesso-de-criancas-menores-de-seis-anos-ao-ensino-fundamental-em-todo-o-pais>. Acesso em: 18/04/2012

01. São características textuais predominantes no gênero textual lido, EXCETO:

- a) Dentre as suas partes constitutivas está a manchete.
- b) A linguagem presente em tal gênero é informal.
- c) Tem como finalidade a informação.
- d) Trabalha predominantemente com fatos.
- e) Relato em terceira pessoa.

02. Sobre o texto lido, só NÃO se pode afirmar que:

- a) A decisão tomada é definitiva e tem de entrar em vigor dentro do prazo estipulado pela Justiça Federal.
- b) Para o juiz, quando se limita a idade, fere-se um princípio constitucional que trata da igualdade entre pessoas perante a lei.
- c) O juiz crê que, ao se fazer uma criança retornar à série que já cursara por não ter alcançado a idade determinada em certo Regulamento, se está causando mácula à dignidade dela.
- d) A definição da faixa etária não se baseia em fatos provados e comprovados que a tornem necessária.
- e) O estado, na opinião do magistrado, deve se valer de meios para avaliar se o aluno é apto ou não ao avanço de fases na aprendizagem.

03. A função da linguagem predominante no gênero textual lido é a:

- a) Fática.
- b) Conativa.
- c) Referencial.
- d) Metalinguística.
- e) Poética.

04. Os três usos de aspas, recorrentes no texto, são utilizados com a finalidade de:

- a) Indicar uma ironia.
- b) Indicar uma citação indireta.
- c) Indicar um estrangeirismo.
- d) Ressaltar uma expressão idiomática.
- e) Indicar uma citação direta.

05. "(...)obstando o acesso ao ensino fundamental(...)". O vocábulo sublinhado, constante nesse trecho retirado do texto, pode ser substituído, sem a perda do sentido original da frase, por:

- a) Impedindo.
- b) Permitindo.
- c) Mostrando.
- d) Forçando.

e) Incentivando.

O texto a seguir servirá como base para as questões de 06 a 09.

IX - Sou um Guardador de Rebanhos

Sou um guardador de rebanhos.

O rebanho é os meus pensamentos

E os meus pensamentos são todos sensações.

Penso com os olhos e com os ouvidos

E com as mãos e os pés

E com o nariz e a boca.

Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la

E comer um fruto é saber-lhe o sentido.

Por isso quando num dia de calor

Me sinto triste de gozá-lo tanto.

E me deito ao comprido na erva,

E fecho os olhos quentes,

Sinto todo o meu corpo deitado na realidade,

Sei a verdade e sou feliz.

Fonte: CAEIRO, Alberto. O guardador de rebanhos. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~magno/guardador.htm>

06. Do presente gênero textual podemos destacar as seguintes características, EXCETO:

- a) Presença de subjetividade.
- b) Função Poética.
- c) Presença de figuras de linguagem.
- d) Objetividade.
- e) Se destina, também, a veicular modos de ver e sentir o mundo.

07. Sobre o uso do pronome em “Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la(...)” pode-se afirmar que:

- a) As formas “ver ela” e “cheirar ela” poderiam ser empregadas sem que isso acarretasse em um desvio da norma culta da Língua.
- b) Os dois pronomes “-la”, em ambos os casos, funcionam como objeto indireto.
- c) A forma “vê-la” está apresentada de forma equivocada, pois, deveria ser escrita como “ver-lhe”.
- d) A forma “-la” é uma fusão do pronome “lhe” com o pronome “a”.
- e) Em ambos os casos o uso da ênclise se justifica por se tratar de orações subordinadas substantivas predicativas reduzidas de infinitivo.

08. Analisando a relação estabelecida entre as palavras do trecho “O rebanho é os meus pensamentos(...)” pode-se afirmar que:

- a) A concordância do verbo é feita com o sujeito “meus pensamentos”.
- b) A concordância do verbo é feita com o objeto direto “meus pensamentos”.
- c) A concordância do verbo é feita com o objeto indireto “meus pensamentos”.
- d) A concordância do verbo é feita com o objeto direto “rebanho”.
- e) A concordância do verbo é feita com o sujeito “rebanho”.

09. “Penso com os olhos e com os ouvidos / E com as mãos e os pés / E com o nariz e a boca.” A repetição da conjunção aditiva caracteriza o uso de uma figura de linguagem denominada:

- a) Zeugma.
- b) Polissíndeto.
- c) Solecismo.
- d) Catacrese.
- e) Metáfora.

O texto a seguir servirá como base para responder às questões de 10 a 13.

Ser você mesmo no trabalho atrapalha a sua carreira.

E quando chega a festa da firma, hein? Como faz?

Pesquisadores da Universidade de Houston, nos Estados Unidos, e Greenwich, em Londres, entrevistaram 533 pessoas para medir a autenticidade no ambiente de trabalho. A maioria dos entrevistados revelou que não mostra aos colegas quem eles realmente são. Ou seja, nem sempre expressam opiniões e sentimentos verdadeiros e, às vezes, falam coisas apenas para impressionar ou agradar.

Mas quando estão ao lado dos parceiros (marido, namorada), amigos e parentes a autenticidade aumenta. E isso os torna mais felizes. Segundo a pesquisa, a sinceridade com o parceiro aumenta a satisfação com a vida e o sentimento de bem estar. Essa tendência não se aplica ao ambiente de trabalho. Ser você mesmo no serviço te deixa menos satisfeito com a vida. E gente feliz geralmente rende mais, não?

“Você ouve dos gurus de autoajuda que o segredo da felicidade é ser você mesmo ou expressar seus sentimentos verdadeiros, mas isso não parece funcionar no ambiente de trabalho – pelo menos não nessa amostra que estudamos”, explicou Oliver Robinson, da Universidade de Greenwich, durante o encontro anual da Sociedade Britânica de Psicologia. Pelo visto, esse é mais um dos conselhos errados que as pessoas dão.

Mas até quando você acha que dá para manter as aparências e fugir dos conflitos de opiniões no escritório?

Disponível em: <http://super.abril.com.br/blogs/cienciamaluca/ser-voce-mesmo-no-trabalho-atrapalha-sua-carreira/>

10. Em relação à mensagem do texto, pode-se afirmar que:

- a) Ela aborda o trabalho como algo negativo na vida das pessoas.
- b) A espontaneidade é algo que não é bem visto dentro dos relacionamentos em geral.
- c) As pessoas sempre escondem o que realmente são.
- d) A autenticidade excessiva em determinados contextos, principalmente no profissional, não é fator de favorecimento.
- e) As pessoas dão conselhos errados quando sugerem que não se deve ser espontâneo em uma relação de trabalho.

11. “Você ouve dos gurus de autoajuda que o segredo da felicidade é ser você mesmo ou expressar seus sentimentos verdadeiros, mas isso não parece funcionar no ambiente de trabalho – pelo menos não nessa amostra que estudamos”. Esse trecho, dentro do texto, ilustra o uso do:

- a) Discurso Indireto.
- b) Discurso Direto.
- c) Discurso Indireto livre.
- d) Aposto.
- e) Vocativo.

12. Sobre o uso da palavra sublinhada em “E quando chega a festa da firma, hein?”, pode-se afirmar que:

- a) Trata-se de uma Interjeição e serve para atribuir um tom mais formal e solene ao que se fala.
- b) Trata-se de uma Conjunção e auxilia o produtor do enunciado em sua expressividade.
- c) Trata-se de uma Interjeição e atua, geralmente, como elemento expressivo no texto.
- d) Trata-se de uma Conjunção e une ideias colocadas em orações diferentes.
- e) Trata-se de um nome e exerce função sintática de vocativo.

13. Quando se afirma que na redação dos atos normativos deve-se utilizar a impessoalidade, a clareza, a uniformidade, a concisão e a linguagem formal, tem-se um objetivo maior:

- a) Os atos normativos devem ter uma interpretação única, presença da subjetividade em seu texto e ter padrão diferenciado de linguagem de um ato para o outro.
- b) Os atos normativos devem ser uniformes, impessoais e permitem somente uma interpretação de seu texto.
- c) O texto do ato normativo deve refletir os posicionamentos ideológicos daquele que o propôs.
- d) O ato normativo deverá ser uniforme, permitir somente uma interpretação de seu texto e marcar a individualidade textual de quem o redigiu.
- e) O ato normativo deve ter um texto padronizado e ambíguo.

14. O que justifica a impessoalidade na Redação Oficial é:

- a) O fato de que quem expede uma comunicação oficial é um sujeito e, portanto, ali devem estar suas marcas.
- b) O texto oficial funciona como um elemento de comunicação dos órgãos do Serviço Público e, portanto, a impessoalidade é um fator que deve ser desconsiderado.
- c) Como os assuntos tratados são de interesse público e possuem um caráter oficial, as marcas de personalidade não podem ser veiculadas nesse tipo de texto.
- d) O texto oficial circula dentro de um meio informal e tratando de interesses individuais, portanto, necessita de impessoalidade ao ser escrito.
- e) Uma exigência dos leitores desses materiais é a clareza e a possibilidade de identificação do emissor de tal texto através dos aspectos textuais que lhes são inerentes.

15. Quanto à finalidade do padrão “Memorando”, pode-se afirmar que:

- a) Serve para tratar assuntos aleatórios e sem interesse de classe específica.
- b) É uma forma de comunicação eminentemente externa, de órgão para órgão.
- c) É uma forma de comunicação informal que visa anunciar decisões tomadas por chefes de Estado.
- d) É uma forma de comunicação eminentemente interna, entre unidades administrativas de um mesmo órgão.
- e) Serve para tratar exclusivamente de assuntos específicos de chefes de Estado com seus funcionários do gabinete.

LEGISLAÇÃO

16. Constituem objetivos fundamentais do Município de Santa Maria/RS contribuir para:

I – Formar uma sociedade livre, justa, solidária, desenvolvida, conscientemente crítica e ecologicamente viável.

II – Promover o bem comum de todos os munícipes, principalmente dos mais necessitados, dos idosos, dos jovens, das crianças e dos deficientes.

III – Erradicar o analfabetismo, a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente a assertiva I está correta.
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

17. Compete ao Município de Santa Maria/RS, em comum com a União e os Estados, observadas as normas de cooperação fixadas em Lei Complementar, EXCETO:

- a) Legislar sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias, móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas apreendidas.
- b) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- c) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- d) Impedir a evasão, a destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico, cultural e ambiental.
- e) Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

18. Nos termos da Lei Municipal nº 4745/04, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Emprego Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, mantidas as características de criação por Lei, com denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada.
- b) Carreira é o conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais poderão ascender através das classes, mediante promoção por tempo de serviço e através dos sub-padrões, por aperfeiçoamento funcional.
- c) Promoção é a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior da mesma categoria funcional.
- d) Sub-padrão é a graduação de retribuição pecuniária dentro de um mesmo padrão, constituindo a linha de progressão por aperfeiçoamento funcional.
- e) Progressão é a passagem do servidor de um determinado sub-padrão para outro, dentro do mesmo padrão.

19. Segundo a Lei nº 3.326, de 04 de junho de 1991 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria/RS, ao servidor que, por determinação da autoridade competente, se deslocar eventual ou transitoriamente do Município, no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo de interesse da administração, serão concedidas, além do transporte, diárias para cobrir as despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana. Com base nessas informações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nos casos em que o período de afastamento for inferior a 12 horas, as diárias serão pagas por inteiro.
- b) Nos deslocamentos para a Capital do Estado e para fora deste, as diárias serão multiplicadas por 1,5 em ambos os casos.
- c) O valor das diárias será estabelecido em Lei.
- d) O servidor fará jus a diárias mesmo que o deslocamento constituir exigência permanente do cargo.
- e) Na hipótese de o servidor retornar ao Município em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, não haverá a necessidade de restituir as diárias recebidas em excesso.

20. Aduz a Lei nº 3.326, de 04 de junho de 1991 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria/RS, que a cada três anos de efetivo exercício o servidor público efetivo fará jus a um acréscimo sobre o vencimento básico, automaticamente concedido. De quanto é esse acréscimo?

- a) 3% (três por cento).
- b) 5% (cinco por cento).
- c) 7% (sete por cento).
- d) 10% (dez por cento).
- e) 15% (quinze por cento).

INFORMÁTICA

21. Qual comando NÃO é exibido na aba Inserir do Microsoft Word 2007?

- a) Tabelas.
- b) Cabeçalho e Rodapé.
- c) Hiperlink.
- d) Símbolos.
- e) Impressora.

22. Utilizando o editor de texto Microsoft Word 2007, qual tecla de atalho ativa a verificação de ortografia e gramática?

- a) F7
- b) SHIFT + C
- c) ALT+CTRL+G
- d) ALT+ O
- e) CTRL+A

23. Utilizando Microsoft Excel 2007, qual é o modo de exibição que exibe o modo do Layout da planilha no modo de impressão?

- a) Normal.
- b) Layout da página.
- c) Rascunho.
- d) Leitura em tela inteira.
- e) Estrutura de tópicos.

24. Que nome se dá ao termo conhecido pelo envio de mensagens eletrônicas a uma grande quantidade de pessoas de uma vez, um lixo eletrônico, geralmente com cunho publicitário?

- a) Mensagem elegante.
- b) Vírus.
- c) Malware.
- d) SPAM.
- e) Worms.

25. Qual a função do atalho, Tecla do Windows +Tecla do Espaço?

- a) Abre a janela do lixo eletrônico.
- b) Exibe a área de trabalho, mas após soltar as teclas, você volta à tela que estava anteriormente.
- c) Voltar a última ação.
- d) Bloqueia o computador.
- e) Salva a tela.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e alterações posteriores, a Prefeitura de SM apresentou os balanços e demais demonstrações contábeis, ao final de determinado exercício financeiro, com os seguintes saldos:

Descrição	Valor (R\$)
Alienação de Bens Móveis	1.700.000,00
Bancos Conta Movimento	35.000.000,00
Bens Imóveis	19.000.000,00
Bens Móveis	11.000.000,00
Cancelamento de Dívidas	40.000,00
Cauções (Balanço Patrimonial)	5.000,00
Consignações (Balanço Patrimonial)	6.500.000,00
Construção de Prédio	2.500.000,00
Créditos Adicionais Abertos por Anulação	2.500.000,00
Despesa Empenhada	67.350.000,00
Despesa Fixada	70.000.000,00
Despesa Liquidada	52.500.000,00
Despesa Paga	43.250.000,00

Dívida Fundada Interna	9.000.000,00
Empréstimos Concedidos	500.000,00
Empréstimos Tomados	3.300.000,00
Heranças Vacantes	210.000,00
Incorporação de Bens por Doação	3.000,00
Inscrição de Dívidas	100.000,00
Inscrição de Restos a Pagar	?
Receita Realizada	82.650.000,00
Responsabilidade de Terceiros	900.000,00
Saldo para o Exercício Seguinte	15.300.000,00

Essas informações servirão de base para responder às questões de nº 26 a 32.

26. O montante inscrito de restos a pagar não processados foi de R\$:

- a) 9.250.000,00.
- b) 14.850.000,00.
- c) 17.500.000,00.
- d) 21.600.000,00.
- e) 24.100.000,00.

27. Considere o valor inscrito de restos a pagar e assinale a alternativa correspondente ao Superávit Financeiro apurado no exercício, em R\$:

- a) 4.260.000,00.
- b) 4.355.000,00.
- c) 4.360.000,00.
- d) 4.395.000,00.
- e) 4.400.000,00.

28. Quanto à análise do Balanço orçamentário, é CORRETO afirmar que ele apresentou:

- a) Déficit orçamentário de R\$ 15.300.000,00.
- b) Insuficiência na arrecadação de R\$ 12.650.000,00.
- c) Superávit orçamentário de R\$ 12.650.000,00.
- d) Excesso de arrecadação de R\$ 10.150.000,00.
- e) Economia na execução da despesa de R\$ 2.650.000,00.

29. No Balanço Patrimonial, a soma do Ativo resultou em R\$:

- a) 65.900.000,00.
- b) 65.000.000,00.
- c) 67.500.000,00.
- d) 68.000.000,00.
- e) 68.900.000,00.

30. O saldo do exercício anterior, no Balanço Financeiro, correspondeu a R\$:

- a) 5.250.000,00.
- b) 6.695.000,00.
- c) 7.850.000,00.
- d) 8.350.000,00.
- e) 9.250.000,00.

31. O resultado independente da execução orçamentária foi de R\$:

- a) 153.000,00.
- b) 150.000,00.
- c) 137.000,00.
- d) 110.000,00.
- e) 63.000,00.

32. A soma das variações ativas apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais foi de R\$:

- a) 85.900.000,00.
- b) 85.800.000,00.
- c) 85.903.000,00.

- d) 86.003.000,00.
- e) 87.003.000,00.

33. O disposto da Lei Complementar nº 101/2000 diz: A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação _____ e _____, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das _____, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a _____, _____, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de _____, concessão de garantia e inscrição em _____.

Preenchem as lacunas, respectivamente, e de maneira CORRETA:

- a) Planejada / transparente / contas públicas / economia da despesa / geração de despesas com investimento / tributos / restos a pagar.
- b) Planejada / eficiente / receitas e despesas / anistia de impostos / geração de despesas de custeio / operação de crédito / dívida ativa.
- c) Programada / transparente / contas / renúncia de receita / geração de despesas com pessoal / créditos / dívidas.
- d) Planejada / transparente / contas públicas / renúncia de receita / geração de despesas com pessoal / receita / restos a pagar.
- e) Programada / eficaz / contas públicas / renúncia de receita / geração de economia orçamentária / despesa / restos a pagar.

34. Assinale a alternativa INCORRETA quanto aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
- b) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos cinco anos, da projeção para os três seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- c) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- d) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- e) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

35. Considere que a Receita Corrente Líquida do Município CG, em um determinado quadrimestre, tenha sido no valor de R\$ 100.000,00. Nesse caso, o limite prudencial a ser observado para as despesas com pessoal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é de R\$:

- a) 54.000,00.
- b) 51.300,00.
- c) 50.000,00.
- d) 49.000,00.
- e) 47.300,00.

36. O reconhecimento da receita, sob o enfoque patrimonial, consiste:

- a) No momento em que ocorra a arrecadação, conforme disposto na Lei nº 4.320/64, determinando assim que a receita seja apropriada sob a ótica de caixa, em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- b) No momento em que ocorra a arrecadação, conforme disposto na Lei nº 4.320/64, determinando assim que a receita seja apropriada sob o regime de caixa, em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) Na aplicação dos Princípios de Contabilidade para reconhecimento da variação passiva ocorrida no patrimônio, em contrapartida ao registro do direito no momento da ocorrência do fato gerador, antes da efetivação do correspondente ingresso da receita.
- d) Na aplicação do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal para reconhecimento da variação ativa ocorrida no patrimônio, em contrapartida ao registro da obrigação no momento da ocorrência do fato gerador, antes da efetivação do correspondente ingresso da disponibilidade.
- e) Na aplicação dos Princípios de Contabilidade para reconhecimento da variação ativa ocorrida no patrimônio, em contrapartida ao registro do direito no momento da ocorrência do fato gerador, antes da efetivação do correspondente ingresso de disponibilidade.

37. O período de tempo durante o qual se exercem todas as atividades administrativas e financeiras relativas à execução do orçamento, é denominado:

- a) Exercício financeiro.
- b) Exercício fiscal.
- c) Exercício contábil.

- d) Exercício anual.
- e) Exercício de competência.

Analise as assertivas a seguir, que tratam de algumas disposições que devem ser observadas na elaboração do projeto de lei orçamentária anual:

I – Compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias - LDO.

II – Conter demonstrativo da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Riscos Fiscais da LDO.

III – Conter reserva de contingência, que pode ser calculada utilizando-se percentual sobre a receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprecisos.

IV – Ser acompanhada de demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como das medidas de compensação à renúncia de receitas e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

V – A vedação de consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

38. Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e IV.
- b) I, III e V.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) III, IV e V.

39. A seleção de objetivos que se procuram alcançar, assim como determinar as ações que permitam atingir tais fins e calcular e consignar os recursos humanos, materiais e financeiros, para a efetivação dessas ações, diz respeito ao princípio orçamentário da:

- a) Programação.
- b) Universalidade.
- c) Unidade.
- d) Exclusividade.
- e) Clareza.

40. A receita de capital, cuja fonte é oriunda da realização de recurso financeiro advindo da constituição de dívida, através de empréstimo e financiamento, que pode ser interna ou externa, é a:

- a) Inversão financeira.
- b) Alienação de bens.
- c) Amortização de empréstimo.
- d) Operação de crédito.
- e) Dívida fundada.

41. A despesa com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, é classificada como:

- a) Inversão financeira.
- b) Investimento.
- c) Custeio.
- d) Operação de crédito.
- e) Transferência de capital.

Para responder às questões de nº 42 a 44, tenha por base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor público (NBC T 16).

42. Utilizando-se o método das quotas constantes, certa Prefeitura adquiriu um Bem em 01/06/2011, o qual foi colocado em condições de uso em 01/07/2011, no valor de R\$ 120.000,00. Sabe-se que a vida útil desse bem é de cinco anos e o valor residual em R\$ 20.000,00. De acordo com essas informações, qual será o valor líquido contábil registrado na Contabilidade em 31/12/2014?

- a) R\$ 28.333,33.
- b) R\$ 29.000,00.
- c) R\$ 30.000,00.
- d) R\$ 70.000,00.
- e) R\$ 71.667,67.

43. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- a) De caixa, de aplicações e dos financiamentos.
- b) Das receitas, das despesas e dos investimentos.
- c) Dos ingressos extraorçamentários, das operações e das receitas.
- d) Das despesas, dos financiamentos e dos dispêndios extraorçamentários.
- e) Das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

44. Assinale a alternativa CORRETA, quanto à definição de Patrimônio Público:

- a) Compreende o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
- b) É o compromisso fundado na ética profissional, que pressupõe o exercício cotidiano de fornecer informações que sejam compreensíveis e úteis aos cidadãos no desempenho de sua soberana atividade de controle do uso de recursos e patrimônio público pelos agentes públicos.
- c) São os órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público ou que, possuindo personalidade jurídica de direito privado, recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem dinheiros, bens e valores públicos, na execução de suas atividades. Equiparam-se, para efeito contábil, às pessoas físicas que recebam subvenção, benefício, ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.
- d) É o espaço de atuação do Profissional de Contabilidade que demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis, decorrentes de variações patrimoniais.
- e) Representa o conjunto das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, seus conceitos e procedimentos de avaliação e mensuração, registro e divulgação de demonstrações contábeis, aplicação de técnicas que decorrem da evolução científica da Contabilidade, bem como quaisquer procedimentos técnicos de controle contábil e prestação de contas previstos, que propiciem o controle social, além da observância das normas aplicáveis.

45. No que se refere ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em consonância com as normas e manuais editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação, seja patrimonial, orçamentária ou de controle.
- b) Os registros contábeis devem ser efetuados de forma analítica, refletindo a transação constante em documento hábil, em consonância com os Princípios de Contabilidade.
- c) Os registros contábeis devem ser validados por contabilistas, com base em documentação hábil e em conformidade às normas e às técnicas contábeis.
- d) O registro deve ser efetuado em idioma e moeda corrente nacionais, somente em livros que permitam a identificação e o seu arquivamento de forma segura.
- e) Os registros extemporâneos devem consignar, nos seus históricos, as datas efetivas das ocorrências e a razão do atraso.

46. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na parte que trata da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, NÃO é função do sistema do controle interno:

- a) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- b) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- c) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- d) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- e) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

47. A respeito das definições e regras da modalidade de licitação, denominada Pregão, prevista na Lei nº 10.520/2002, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É vedada a realização do pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.
- b) Na fase preparatória do pregão, será observada que a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, ensanchem a competição.
- c) Observar-se-á, no curso da sessão, em relação à fase externa do pregão, que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 5% (cinco por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- d) O prazo de validade das propostas será de 30 (trinta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

e) São considerados bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

48. De acordo com a Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa CORRETA, quanto às modalidades de licitação:

a) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

b) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

c) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

d) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda somente de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

e) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

49. Em relação à documentação relativa à qualificação econômico-financeira, prevista na Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Somente será exigida a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b) A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

c) Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

d) A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices financeiros previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação contábil suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

e) O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

50. Com base no Código de Ética Profissional do Contador, são deveres do Profissional da Contabilidade, EXCETO:

a) Cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) Manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão.

c) Renunciar à liberdade profissional, devendo evitar quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e correção de seu trabalho.

d) Zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo.

e) Inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso.

RASCUNHO

